

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE
SICOOB CREDINORTE

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO

	Em Reais	
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	416.048.086,02	338.916.878,64
Disponibilidades	6.604.927,79	6.696.390,68
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	74.845.562,00	18.783.695,04
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	74.845.562,00	18.783.695,04
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	49.782.626,24	73.198.188,18
Títulos de Renda Fixa	49.782.626,24	73.198.188,18
Relações Interfinanceiras (Nota 7)	45.883.748,70	42.114.973,17
Centralização Financeira - Cooperativas	45.883.748,70	42.114.973,17
Operações de Crédito (Nota 8)	228.982.051,63	188.060.887,40
Operações de Crédito	239.843.556,93	193.395.512,29
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.861.505,30)	(5.334.624,89)
Outros Créditos (Nota 9)	2.713.837,54	2.119.480,06
Créditos por Avais e Fianças Honrados	537.510,86	219.859,30
Rendas a Receber	1.250.682,59	707.568,74
Diversos	1.562.745,66	1.580.787,42
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(637.101,57)	(388.735,40)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	7.235.332,12	7.943.264,11
Outros Valores e Bens	6.932.094,29	7.451.981,37
(-) Provisões para Desvalorizações	(68.761,49)	(68.761,49)
Despesas Antecipadas	371.999,32	560.044,23
Não Circulante	157.042.416,92	120.501.871,79
Realizável a Longo Prazo	133.010.933,63	98.494.311,08
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	5.071.945,98	3.243.713,48
Títulos de Renda Fixa	5.071.945,98	3.243.713,48
Operações de Crédito (Nota 8)	126.870.796,03	94.216.096,41
Operações de Crédito	135.492.250,34	98.025.605,91
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(8.621.454,31)	(3.809.509,50)
Outros Créditos (Nota 9)	1.068.191,62	1.034.501,19
Diversos	1.068.191,62	1.034.501,19
Investimentos (Nota 11)	8.187.841,92	8.042.968,49
Participações em Cooperativas	8.187.841,92	8.042.968,49
Imobilizado em Uso (Nota 12)	15.775.402,80	13.964.592,22
Imóveis de Uso	11.411.947,26	11.411.947,26
Outras Imobilizações de Uso	9.152.967,71	6.468.600,46
(Depreciações Acumuladas)	(4.789.512,17)	(3.915.955,50)
Intangível	68.238,57	0,00
Ativos Intangíveis	155.019,80	0,00
(-) Amortização Acumulada	(86.781,23)	0,00
TOTAL DO ATIVO	573.090.502,94	459.418.750,43

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

PASSIVO

	Em Reais	
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	432.151.457,83	358.545.503,56
Depósitos (Nota 13)	289.749.667,12	269.284.430,61
Depósitos à Vista	73.493.723,83	54.979.934,45
Depósitos a Prazo	216.255.943,29	214.304.496,16
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 14)	8.953.852,36	5.238.802,72
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	8.953.852,36	5.238.802,72
Relações Interfinanceiras e Relação com correspondentes (Nota 15)	91.402.460,14	12.520.751,00
Repasse Interfinanceiros	91.400.870,55	12.519.909,28
Correspondentes	1.589,59	841,72
Relações Interdependências (Nota 16)	2.479.251,96	1.458.686,46
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.479.251,96	1.458.686,46
Obrigações Por Empréstimos (Nota 17)	30.893.059,82	62.173.526,47
Empréstimos no País - Outras Instituições	30.893.059,82	62.173.526,47
Outras Obrigações (Nota 18)	8.673.166,43	7.869.306,30
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.448,64	55.492,06
Sociais e Estatutárias	4.468.024,77	3.189.461,90
Fiscais e Previdenciárias	552.561,22	407.457,64
Diversas	3.608.131,80	4.216.894,70
Exigível a Longo Prazo	67.353.519,87	33.377.121,33
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 14)	38.828.774,46	11.056.469,53
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	38.828.774,46	11.056.469,53
Relações Interfinanceiras (Nota 15)	27.330.048,89	21.245.213,86
Repasse Interfinanceiros	27.330.048,89	21.245.213,86
Obrigações Por Empréstimos (Nota 17)	0,00	40.936,75
Empréstimos no País - Outras Instituições	0,00	40.936,75
Outras Obrigações (Nota 18)	1.194.696,52	1.034.501,19
Diversas	1.194.696,52	1.034.501,19
Patrimônio Líquido (Nota 20)	73.585.525,24	67.496.125,54
Capital Social (Nota 20.1)	46.867.440,61	43.090.023,57
Capital de Domiciliados no País	46.914.746,10	43.140.811,90
(Capital a Realizar)	(47.305,49)	(50.788,33)
Reserva de Sobras	22.168.374,41	18.164.629,41
Reserva Legal (Nota 20.2.1)	11.798.574,22	9.614.713,31
Reservas Especiais de Lucros (Nota 20.2.2)	10.369.800,19	8.549.916,10
Sobras ou Perdas à disposição da Assembleia	4.549.710,22	6.241.472,56
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	573.090.502,94	459.418.750,43

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em Reais

Descriminação	Segundo Semestre/2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.142.607,20	61.543.403,22	51.096.909,41
Operações de Crédito (nota 22)	28.624.254,60	55.231.943,24	45.823.091,37
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.518.352,60	6.311.459,98	5.273.818,04
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (nota 23)	(19.156.464,21)	(34.505.598,16)	(23.149.535,00)
Operações de Captação no Mercado	(7.055.668,96)	(13.935.178,08)	(12.444.010,04)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(3.246.265,34)	(6.051.626,78)	(4.999.546,23)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.854.529,91)	(14.518.793,30)	(5.705.978,73)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.986.142,99	27.037.805,06	27.947.374,41
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	(7.157.725,63)	(14.052.125,99)	(12.321.648,54)
Receitas de Prestação de Serviços (nota 24)	3.557.874,51	6.173.008,87	4.753.644,31
Rendas de Tarifas Bancárias (nota 25)	2.693.437,22	5.289.055,92	5.113.685,79
Despesas de Pessoal (nota 26)	(7.310.256,21)	(13.974.911,72)	(11.327.572,35)
Outras Despesas Administrativas (nota 27)	(7.395.927,80)	(14.447.874,10)	(13.780.594,28)
Despesas Tributárias (nota 28)	(302.014,47)	(523.527,09)	(361.871,48)
Outras Receitas Operacionais (nota 29)	1.644.217,46	2.807.549,22	1.902.695,54
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (nota 30)	1.219.742,15	3.040.201,97	4.496.599,35
Outras Despesas Operacionais (nota 31)	(1.264.798,49)	(2.415.629,06)	(3.118.235,42)
RESULTADO OPERACIONAL	5.828.417,36	12.985.679,07	15.625.725,87
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (nota 32)	(7.735,35)	43.882,77	113.110,11
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	5.820.682,01	13.029.561,84	15.738.835,98
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	296.901,12	(840.530,26)	(393.183,84)
Provisão para Imposto de Renda	180.739,92	0,00	0,00
Provisão para Contribuição Social	116.161,20	0,00	0,00
Participações nas Sobras	0,00	(840.530,26)	(393.183,84)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)	6.117.583,13	12.189.031,58	15.345.652,14
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 21)	(2.610.008,28)	(2.610.008,28)	(2.586.385,53)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.507.574,85	9.579.023,30	12.759.266,61

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Fundo de Estabilidade Financeira	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
SalDOS em 31/12/2017	39.232.620,04	6.618.806,48	4.802.740,67	6.252.932,02	56.907.099,21
Total das Mutações	3.857.403,53	2.995.906,83	3.747.175,43	(11.459,46)	10.589.026,33
Constituição de Reservas			1.250.586,40	(1.258.586,40)	0,00
Em Conta Corrente do Associado				(4.898.860,43)	(4.898.860,43)
Ao Capital	75.996,44			(75.996,44)	0,00
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(27.488,75)	(27.488,75)
Integralização/subscrição de capital	3.164.765,92				3.164.765,92
(-) Devolução de capital	(1.969.744,36)				(1.969.744,36)
Integralização de Juros ao Capital	2.586.385,53				2.586.385,53
Sobras ou Perdas Líquidas				12.759.266,61	12.759.266,61
Realização de Despesas do FATES				1.168.610,12	1.168.610,12
F A T E S - Atos não cooperativos				(1.444.931,60)	(1.444.931,60)
F A T E S - Atos cooperativos				(748.976,71)	(748.976,71)
Reserva Legal		2.995.906,83		(2.995.906,83)	0,00
Reservas de Sobras - Outras			2.496.589,03	(2.496.589,03)	0,00
SalDOS em 31/12/2018	43.090.023,57	9.614.713,31	8.549.916,10	6.241.472,56	67.496.125,54
Total das Mutações	3.777.417,04	2.183.860,91	1.819.884,09	(1.691.762,35)	6.089.399,69
Em Conta Corrente do Associado				(6.107.254,69)	(6.107.254,69)
Ao Capital	34.929,97			(34.929,97)	0,00
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(99.287,89)	(99.287,89)
Integralização/subscrição de capital	3.147.865,21				3.147.865,21
(-) Devolução de capital	(1.949.230,14)				(1.949.230,14)
Integralização de Juros ao Capital	2.556.197,15				2.556.197,15
IRRF sobre Juros ao Capital	(12.345,15)				(12.345,15)
Sobras ou Perdas Líquidas				9.579.023,30	9.579.023,30
Realização de Despesas do FATES				1.564.928,50	1.564.928,50
F A T E S - Atos não cooperativos				(2.044.531,36)	(2.044.531,36)
F A T E S - Atos cooperativos				(545.965,23)	(545.965,23)
Reserva Legal		2.183.860,91		(2.183.860,91)	0,00
Reservas de Sobras - Outras			1.819.884,09	(1.819.884,09)	0,00
SalDOS em 31/12/2019	46.867.440,61	11.798.574,22	10.369.800,19	4.549.710,22	73.585.525,24

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em Reais

DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	5.820.682,01	13.029.561,84	15.738.835,98
IRPJ / CSLL	296.901,12	0,00	0,00
Participações nas Sobras	0,00	(840.530,26)	(393.183,84)
Provisão para Operações de Crédito	6.430.330,39	10.338.825,22	(525.103,17)
Provisão de Juros ao Capital	(2.610.008,28)	(2.610.008,28)	(2.586.385,53)
Depreciações e Amortizações	490.936,72	960.337,90	1.054.343,91
	10.428.841,96	20.878.186,42	13.288.507,35
Aumento (redução) em ativos operacionais	(142.529.135,01)	(108.350.387,38)	(76.601.070,43)
Títulos e Valores Mobiliários	(50.180.681,48)	(24.515.582,39)	4.770.898,55
Operações de Crédito	(93.440.295,95)	(83.914.689,07)	(73.782.895,22)
Outros Créditos	335.116,98	(628.047,91)	(760.932,36)
Outros Valores e Bens	756.725,44	707.931,99	(6.828.141,40)
Aumento (redução) em passivos operacionais	80.464.884,61	107.582.352,81	100.989.359,59
Depósitos a Vista	(9.269.270,96)	18.513.789,38	12.479.451,98
Depósitos sob Aviso	78.581,72	(32.803,57)	(131.070,12)
Depósitos a Prazo	2.565.992,10	1.984.250,70	49.124.961,95
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	9.982.700,23	31.487.354,57	8.628.450,13
Outras Obrigações	832.928,88	964.055,46	3.644.783,84
Relações Interdependências	2.479.111,86	1.020.565,50	228.072,42
Relações Interfinanceiras	43.723.920,93	84.966.544,17	(11.649.331,22)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	30.070.919,85	(31.321.403,40)	38.664.040,61
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(51.635.408,44)	20.110.151,85	37.676.796,51
Atividades de Investimentos	(2.233.130,29)	(2.839.387,05)	(2.847.882,58)
Alienação de Investimento	0,00	(144.873,43)	(221.462,21)
Alienação de Imobilizações de Uso	(2.185.592,42)	(2.684.367,25)	(2.847.882,58)
Aplicação no Intangível	(47.537,87)	(155.019,80)	0,00
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.233.130,29)	(2.984.260,48)	(3.069.344,79)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	3.897.287,26	3.147.865,21	5.723.662,70
Devolução de Capital à Associados	(989.082,74)	(1.949.230,14)	(1.969.744,36)
Integralização de Juros ao Capital	0,00	2.556.197,15	0,00
IRRF sobre Juros ao Capital	0,00	(12.345,15)	0,00
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	0,00	(99.287,89)	0,00
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	0,00	(6.107.254,70)	(4.898.860,43)
Outros ajustes	0,01	0,01	0,00
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(2.044.531,36)	(2.044.531,36)	(1.444.931,60)
FATES Sobras Exercício	(545.965,23)	(545.965,23)	(748.976,71)
Absorção de Despesas - Fates	1.564.928,50	1.564.928,50	1.168.610,12
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.882.636,44	(3.489.623,60)	(2.170.240,28)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(51.985.902,29)	13.636.267,77	32.437.211,44
No Início do Período	179.348.224,33	113.726.054,27	81.288.842,83
No Fim do Período (nota 04)	127.362.322,04	127.362.322,04	113.726.054,27
Variação Líquida das Disponibilidades	(51.985.902,29)	13.636.267,77	(32.437.211,44)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.**1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE - SICOOB CREDINORTE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/02/1989**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDINORTE** possui **10** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MAFRA - SC, ITAIÓPOLIS - SC, RIO NEGRO - PR, CAMPO ALEGRE - SC, SÃO BENTO DO SUL - SC, RIO NEGRINHO - SC, JARAGUÁ DO SUL - SC, PIÊN - PR.**

O **SICOOB CREDINORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 02/03/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis**a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	6.604.927,79	6.696.390,68
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Até 90 dias	74.845.562,00	18.783.695,04
Títulos e Valores Mobiliários – Até 90 dias	28.083,55	46.130.995,38
Relações interfinanceiras - centralização financeira	45.883.748,70	42.114.973,17
TOTAL	127.362.322,04	113.726.054,27

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	74.845.562,00	18.783.695,04
TOTAL	74.845.562,00	18.783.695,04

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019** e **2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	49.782.626,24	5.071.945,98	73.198.188,18	3.243.713,48
TOTAL	49.782.626,24	5.071.945,98	73.198.188,18	3.243.713,48

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente 101% do CDI.

7. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019** e **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – (a)	45.883.748,70	42.114.973,17
TOTAL	45.883.748,70	42.114.973,17

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	118.924.831,94	61.335.858,12	180.260.690,06	139.749.645,67
Financiamentos	25.984.876,31	43.281.215,39	69.266.091,70	48.833.710,72
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	94.933.848,68	30.875.176,83	125.809.025,51	102.837.761,81
Total de Operações de Crédito	239.843.556,93	135.492.250,34	375.335.807,27	291.421.118,20
(-) Provisões para Operações de Crédito	(10.861.505,30)	(8.621.454,31)	(19.482.959,61)	(9.144.134,39)
TOTAL	228.982.051,63	126.870.796,03	355.852.847,66	282.276.983,81

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	9.054.244,59	1.416.372,96	5.345.840,21	15.816.457,76	0,00	6.184.763,38	0,00
A	0,50%	Normal	58.051.226,61	24.252.207,65	67.718.175,69	150.021.609,95	(750.110,40)	104.520.947,67	(522.605,67)
B	1%	Normal	58.529.751,43	27.164.238,82	32.532.444,88	118.226.435,13	(1.182.264,35)	155.595.542,57	(1.555.955,43)
B	1%	Vencidas	211.097,19	164.193,51	24.744,16	400.034,86	(4.000,35)	467.487,66	(4.674,88)
C	3%	Normal	26.076.919,14	12.492.772,65	17.695.990,98	56.265.682,77	(1.687.970,48)	9.463.589,97	(283.907,70)
C	3%	Vencidas	326.397,85	248.083,18	0,00	574.481,03	(17.234,43)	1.378.340,43	(41.350,21)
D	10%	Normal	6.388.171,46	1.900.704,67	1.241.337,25	9.530.213,38	(953.021,34)	2.945.024,26	(294.502,43)
D	10%	Vencidas	1.068.070,73	108.327,10	27.978,18	1.204.376,01	(120.437,60)	967.893,39	(96.789,34)
E	30%	Normal	2.336.335,74	349.927,78	357.892,53	3.044.156,05	(913.246,82)	1.887.059,12	(566.117,74)
E	30%	Vencidas	2.233.161,80	327.509,54	0,00	2.560.671,34	(768.201,40)	1.476.892,88	(443.067,86)
F	50%	Normal	5.338.923,42	167.509,44	317.311,63	5.823.744,49	(2.911.872,25)	1.171.881,38	(585.940,69)
F	50%	Vencidas	1.658.967,76	119.035,68	0,00	1.778.003,44	(889.001,72)	707.267,42	(353.633,71)
G	70%	Normal	1.929.243,11	125.862,79	252.474,87	2.307.580,77	(1.615.306,54)	501.331,92	(354.994,61)
G	70%	Vencidas	359.018,41	14.542,79	0,00	373.561,20	(261.492,84)	361.465,90	(248.963,87)

H	100%	Normal	2.911.048,87	169.179,68	63.844,62	3.144.073,17	(3.144.073,17)	1.545.553,49	(1.545.447,29)
H	100%	Vencidas	3.788.111,95	245.623,46	230.990,51	4.264.725,92	(4.264.725,92)	2.246.076,76	(2.246.182,96)
Total Normal			170.615.864,37	68.038.776,44	125.525.312,66	364.179.953,47	(13.157.865,35)	283.815.693,76	5.709.471,56)
Total Vencidos			9.644.825,69	1.227.315,26	283.712,85	11.155.853,80	(6.325.094,26)	7.605.424,44	(3.434.662,83)
Total Geral			180.260.690,06	69.266.091,70	125.809.025,51	375.335.807,27	(19.482.959,61)	291.421.118,20	(9.144.133,39)
Provisões			(15.586.129,25)	(1.837.265,23)	(2.059.565,13)	19.482.959,61)		(9.144.133,39)	
Total Líquido			164.674.560,81	67.428.826,47	123.749.460,38	355.852.847,66		282.276.983,81	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	41.425.974,41	77.498.857,53	61.335.858,12	180.260.690,06
Financiamentos	4.957.642,85	21.027.233,46	43.281.215,39	69.266.091,70
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	19.611.508,20	75.322.340,48	30.875.176,83	125.809.025,51
TOTAL	65.995.125,46	173.848.431,47	135.492.250,34	375.335.807,27

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	7.249.668,85	2.478.269,63	5.688.795,06	15.416.733,54	4,00%
Setor Privado - Indústria	7.806.826,62	823.300,31	0,00	8.630.126,93	2,00%
Setor Privado - Serviços	79.531.264,81	28.412.957,61	308.745,44	108.252.967,86	29,00%
Pessoa Física	77.107.864,88	36.793.839,12	118.994.623,65	232.896.327,65	62,00%
Outros	8.565.064,90	757.725,03	816.861,36	10.139.651,29	3,00%
TOTAL	180.260.690,06	69.266.091,70	125.809.025,51	375.335.807,27	100%

e) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	8.624.237,10	2,30%	7.065.602,88	2,42%
10 Maiores Devedores	46.204.339,67	12,31%	33.819.481,94	11,61%
50 Maiores Devedores	94.009.969,27	25,05%	68.380.787,14	23,46%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	19.205.353,67	16.428.630,90
Valor das operações transferidas no período	3.612.794,16	5.316.746,49
Valor das operações recuperadas no período	(2.225.216,65)	(2.540.023,72)
TOTAL	20.592.931,18	19.205.353,67

g) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 28.044.403,47, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante

Avais e Fianças Honrados (a)	537.510,86	0,00	219.859,30	0,00
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	390.899,60	0,00	281.773,52	0,00
Outras rendas a receber	211.189,66	0,00	92.019,33	0,00
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	648.593,33	0,00	333.775,89	0,00
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	41.342,30	0,00	53.666,50	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	16.410,00	0,00	10.550,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações (d)	57.653,75	0,00	1.240,00	0,00
Devedores por compra de valores e bens (e)	340.428,40	0,00	0,00	0,00
Devedores por depósitos em garantia (f)	28.539,48	1.068.191,62	0,00	1.034.501,19
Impostos e contribuições a compensar	775.081,69	0,00	1.028.538,81	0,00
Imposto de renda a recuperar	0,00	0,00	1.960,71	0,00
Títulos e créditos a receber	272.877,80	0,00	255.694,88	0,00
Devedores diversos - país	30.412,24	0,00	229.136,52	0,00
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito	(3.404,28)	0,00	0,00	0,00
(-) Avais e Fianças Honrados (g)	(360.819,49)	0,00	(133.040,52)	0,00
(-) Sem características de concessão de crédito	(272.877,80)	0,00	(255.694,88)	0,00
TOTAL	2.713.837,54	1.068.191,62	2.119.480,06	1.034.501,19

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$164.797,33), rendas de serviços de convênios a receber (R\$27.271,63) e rendas a receber de serviços de domicílio bancário (R\$ 198.830,64).

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da **CENTRAL SICOOB SC/RS** referente ao mês de dezembro de 2019.

(d) Refere-se a valores antecipados à fornecedores por conta de futura aquisição de bens do imobilizado.

(e) Refere-se a valor a receber de venda de bens de não de uso próprio a prazo.

(f) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 122.613,42), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 945.578,20).

(g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa referente Avais e Fianças Honrados foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Normal	40.455,67	40.455,67	(12.136,81)	34.643,51	(10.393,05)
E	30%	Vencidas	126.099,94	126.099,94	(37.829,98)	60.143,75	(18.043,13)
F	50%	Normal	4.730,32	4.730,32	(2.365,16)	4.020,63	(2.010,32)
F	50%	Vencidas	102.245,53	102.245,53	(51.122,77)	21.864,55	(10.932,28)
G	70%	Normal	2.288,82	2.288,82	(1.602,17)	1.906,65	(1.334,66)
G	70%	Vencidas	19.759,92	19.759,92	(13.831,94)	23.177,32	(16.224,19)
H	100%	Vencidas	241.930,66	241.930,66	(241.930,66)	74.102,89	(74.102,89)
Total Normal			47.474,81	47.474,81	(16.104,14)	40.570,79	(13.738,03)
Total Vencidos			490.036,05	490.036,05	(344.715,35)	179.288,51	(119.302,42)
Total Geral			537.510,86	537.510,86	(360.819,49)	219.859,30	(133.040,52)
Provisões			(360.819,49)	(360.819,49)		(133.040,52)	
Total Líquido			176.691,47	176.691,47		86.818,78	

10. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	6.751.609,37	7.309.755,38
Material em Estoque	180.484,92	142.225,99
Despesas Antecipadas (c)	371.999,32	560.044,23
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(68.761,49)	(68.761,49)
TOTAL	7.235.332,12	7.943.264,11

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU e outros.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (b)	7.117.491,56	7.117.491,56
Participações inst financ controlada coop crédito (a)	1.070.350,36	925.476,93
TOTAL	8.187.841,92	8.042.968,49

(a) Refere-se a ações do Bancoob.

(b) Refere-se a cotas de capital na **CENTRAL SICOOB SC/RS**.

12. Imobilizado em uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		1.940.901,94	0,00
Terrenos		2.713.864,86	2.713.864,86
Edificações	4%	8.698.082,40	8.698.082,40
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.294.577,94)	(946.883,68)
Instalações	10%	364.519,80	300.257,38
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(114.141,25)	(92.620,76)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.494.766,80	2.422.528,39
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(931.942,91)	(712.596,42)
Sistema de Comunicação	20%	56.463,61	55.545,12
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.684.826,63	2.222.598,64
Sistema de Segurança	10%	689.636,64	647.010,34
Sistema de Transporte	20%	921.852,29	820.660,59
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(2.448.850,07)	(2.163.854,64)
TOTAL		15.775.402,80	13.964.592,22

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas, referente construção do PA de Rio Negrinho/SC.

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua

contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	73.493.723,83	54.979.934,45
Depósito Sob Aviso	3.604.385,91	3.637.189,48
Depósito a Prazo	212.651.557,38	210.667.306,68
TOTAL	289.749.667,12	269.284.430,61

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	5.901.696,59	1,75%	7.430.675,21	2,60%
10 Maiores Depositantes	28.755.178,66	8,51%	25.465.598,28	8,92%
50 Maiores Depositantes	61.625.164,60	18,19%	52.850.757,53	18,50%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(225.654,52)	(250.387,59)
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.433.450,71)	(11.227.467,33)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(476.255,16)	(397.708,69)
TOTAL	(12.135.360,39)	(11.875.563,6)

14. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2019	2018
Obrigações por Emissão Letras de Crédito do Agronegócio	47.782.626,82	16.295.272,25

a) Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA

Descrição	2019	2018
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.799.817,69)	(568.446,43)
TOTAL	(1.799.817,69)	(568.446,43)

15. Relações interfinanceiras e relação com correspondentes

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	19.048.463,96	96.115,36	0,00	0,00
(-) Despesa a apropriar Central	(442.863,26)	(11.467,45)	0,00	0,00
Recursos do Bancoob	75.344.591,69	31.955.153,17	16.761.246,70	21.245.213,86
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(2.549.321,84)	(4.709.752,19)	(4.241.337,42)	0,00
Relações com Correspondentes	1.589,59	0,00	841,72	0,00
TOTAL	91.402.460,14	27.330.048,89	12.520.751,00	21.245.213,86

16. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Ordens de Pagamento (a)	2.478.000,00	1.458.526,74
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	1.251,96	159,72
TOTAL	2.479.251,96	1.458.686,46

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

17. Obrigações por empréstimos e repasses.

Os recursos foram captados durante o exercício de 2019 junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** na modalidade capital de giro com correção aproximadamente de 0,05% a.m e vencimento em 22/12/2020.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	30.893.059,82	62.173.526,47	40.936,75
TOTAL	30.893.059,82	62.173.526,47	40.936,75

18. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.448,64	0,00	55.492,06	0,00
Sociais e Estatutárias	4.468.024,77	0,00	3.189.461,90	0,00
Fiscais e Previdenciárias	552.561,22	0,00	407.457,64	0,00
Diversas	3.608.131,80	1.194.696,52	4.187.650,35	1.063.745,54
TOTAL	8.673.166,43	1.194.696,52	7.840.061,95	1.063.745,54

18.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	545.965,23	748.976,71
Resultado de Atos com não Associados (a)	2.807.420,17	1.578.840,61
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.114.639,37	861.644,58
TOTAL	4.468.024,77	3.189.461,90

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 6% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

18.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	43.255,09	24.952,53
Impostos e Contribuições sobre Salários	403.865,38	322.663,31
Outros	105.440,75	59.841,80
TOTAL	552.561,22	407.457,64

18.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	23.261,54	0,00	12.181,90	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	751.649,16	0,00	525.314,49	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.204.668,05	0,00	2.034.941,84	0,00
Provisão para Passivos Contingentes (d)	68.841,31	1.068.191,62	0,00	1.034.501,19
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	218.980,40	126.504,90	90.069,60	29.244,35
Credores Diversos – País (c)	340.731,34	0,00	1.525.142,52	0,00
TOTAL	3.608.131,80	1.194.696,52	4.187.650,35	1.063.745,54

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas a efetuar com pessoal.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 21.759.728,47 e R\$ 12.050.437,29 em **31/12/2018**, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se, substancialmente a credores diversos-liquidação cobrança e cheques descontados.

(d) É estabelecido considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas (b)	67.500,00	28.539,48	0,00	0,00
Interposição de Recursos Fiscais – Lei 9.703/98 (a)	1.068.191,62	1.068.191,19	1.034.501,19	1.034.501,19
Outros (b)	1.341,31	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.137.032,93	1.096.730,67	1.034.501,19	1.034.501,19

a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de “Provável Perda”, a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de “Provável Perda”, a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.”

b) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDINORTE**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda remota. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis. Referem-se a causas prováveis o valor de R\$ 68.841,31 que foram provisionadas.

19. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDINORTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 3.777.417,04** (Três milhões setecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e dezessete reais e quatro centavos).

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	46.867.440,61	43.090.023,57
Associados	30.652	28.515

20.2 Reserva de Sobras

20.2.1 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 24%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	2019	2018
Saldo Inicial	9.614.713,31	6.618.806,48
Destinação	2.183.860,91	2.995.906,83
Total	11.798.574,22	9.614.713,31

20.2.2 Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	2019	2018
Saldo Inicial	8.549.916,10	4.802.740,67
Destinação	1.819.884,09	3.747.175,43
Total	10.369.800,19	8.549.916,10

20.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

20.3.1 Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de março de 2019, os cooperados deliberaram a respeito das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para creditar em conta corrente o valor de R\$ 6.107.254,70 (Seis milhões, cento e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos) e pelo aumento do capital social, no valor de R\$ 34.929,98 (Trinta e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

Descrição	2019
Em conta corrente	6.107.254,70
Subscrição de Conta Capital	34.929,98
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados (a)	99.287,88
Total	6.241.472,56

(a) Corresponde as sobras distribuídas aos associados desligados.

20.4 Destinações estatutárias e legais.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
01. Resultado Depois tributação sobre o lucro	12.189.031,58	15.345.652,14
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(2.610.008,28)	(2.586.385,53)
03. Sobras Líquidas do Período (1+2)	9.579.023,30	12.759.266,61
04. Utilização de Reservas	1.564.928,50	1.168.610,12
(+) Realização do FATES	1.564.928,50	1.168.610,12
05. Resultado Abrangente do Período (3+4)	11.143.951,80	13.927.876,73
Destinações Estatutárias e Legais	(6.594.241,59)	(7.686.404,17)
(-) FATES Resultado com Não Associados	(2.044.531,36)	(1.444.931,60)
(-) FATES 6%	(545.965,23)	(748.976,71)
(-) Reserva Legal 20%	(2.183.860,91)	(2.995.906,83)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira FEF 24%	(1.819.884,09)	(2.496.589,03)
06. Sobras à disposição da Assembleia Geral	4.549.710,22	6.241.472,56

21. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 2.610.008,28 visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi DE 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC conforme aprovado pelo Conselho de Administração na Ata nº 376 do dia 19 de dezembro de 2019. A referida

provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

22. Receitas de operações de crédito

Descrição	2019	2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	372.277,37	270.730,70
Rendas de Empréstimos	31.357.315,98	25.909.700,41
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.222.499,19	2.936.064,35
Rendas de Financiamentos	10.827.215,53	7.874.714,27
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	7.227.418,52	6.291.857,92
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.225.216,65	2.540.023,72
TOTAL	55.231.943,24	45.823.091,37

23. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2019	2018
Despesas De Captação	(13.935.178,08)	(12.444.010,04)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(6.051.626,78)	(4.999.546,23)
Provisões para Operações de Crédito (a)	(14.518.793,30)	(5.705.978,73)
TOTAL	(34.505.598,16)	(23.149.535,00)

(a) Refere-se a mudança nas regras de classificação de risco.

24. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2019	2018
Rendas de Cobrança	1.414.725,82	1.151.329,45
Rendas de outros serviços	4.758.283,05	3.602.314,86
TOTAL	6.173.008,87	4.753.644,31

25. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2019	2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.965.904,45	1.727.172,65
Rendas de Serviços Prioritários - PF	234.925,90	189.952,56
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	960.466,11	1.413.215,78
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.127.759,46	1.783.344,80
TOTAL	5.289.055,92	5.113.685,79

26. Despesas de pessoal

Descrição	2019	2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(28.386,66)	(53.246,51)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.321.744,66)	(853.207,04)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.751.164,78)	(2.259.841,03)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.609.439,83)	(2.111.149,32)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.790.861,23)	(5.727.850,01)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(430.694,61)	(300.753,28)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(42.619,95)	(21.525,16)
TOTAL	(13.974.911,72)	(11.327.572,35)

27. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2019	2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(232.080,64)	(199.548,54)
Despesas de Aluguéis	(890.325,80)	(787.926,42)
Despesas de Comunicações	(430.799,07)	(437.155,49)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(314.289,15)	(522.048,63)
Despesas de Material	(122.851,82)	(138.611,99)
Despesas de Processamento de Dados	(1.457.298,75)	(1.115.769,32)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(927.580,17)	(1.670.358,19)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(436.814,20)	(396.420,04)
Despesas de Publicações	(13.820,00)	(7.092,00)
Despesas de Seguros	(229.320,74)	(170.649,10)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.672.753,86)	(1.366.421,22)
Despesas de Serviços de Terceiros	(778.548,50)	(747.998,54)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.037.993,25)	(878.622,68)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(778.287,66)	(916.049,43)
Despesas de Transporte	(1.323.481,84)	(1.012.380,11)
Despesas de Viagem no País	(4.016,95)	(16.662,56)
Despesas de Depreciação	(1.145.286,39)	(1.076.988,92)
Outras Despesas Administrativas	(422.575,57)	(351.596,94)
Emolumentos judiciais e cartorários	(362.515,34)	(242.796,26)
Contribuição a OCE	(78.855,00)	(61.700,04)
Rateio de despesas da Central	(1.498.933,66)	(1.497.850,58)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(289.445,74)	(165.947,28)
TOTAL	(14.447.874,10)	(13.780.594,28)

28. Despesas Tributárias

Descrição	2019	2018
Despesas Tributárias	(96.581,25)	(83.021,91)
Despesas de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(172.547,15)	(94.134,15)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(162.437,31)	(111.586,84)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(91.961,38)	(73.128,58)
TOTAL	(523.527,09)	(361.871,48)

29. Outras receitas operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação de Encargos e Despesas	155.922,63	76.533,27
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	237.794,55	228.342,11
Dividendos	144.875,67	110.455,43
Deduções e abatimentos	16.893,06	4.358,72
Distribuição de sobras da central	526.911,53	111.003,40
Outras rendas operacionais	128.201,49	5.471,66
Rendas oriundas de cartões de crédito	1.596.950,29	1.366.530,95
TOTAL	2.807.549,22	1.902.695,54

30. Ingressos de Depósitos Intercooperativos

Descrição	2019	2018
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (a)	3.040.201,97	4.496.599,35
TOTAL	3.040.201,97	4.496.599,35

(a) Refere-se à remuneração da centralização financeira do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

31. Outras despesas operacionais

Descrição	2019	2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(14.840,04)	0,00
Despesas de Provisões Passivas	(463.965,90)	(251.249,85)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(0,60)	(1.135,74)
Outras Despesas Operacionais	(1.169.315,51)	(2.071.878,06)
Descontos concedidos - operações de crédito	(285.125,02)	(395.092,57)
Cancelamento - tarifas pendentes	(482.381,99)	(398.879,20)
TOTAL	(2.415.629,06)	(3.118.235,42)

32. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	107.928,40	110.428,24
Ganhos de Capital	26.890,91	24.696,05
Outras Rendas não Operacionais	87.512,44	0,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(36.550,06)	(4.645,36)
(-) Perdas de Capital	(141.898,92)	(17.368,82)
Resultado Líquido	43.882,77	113.110,11

33. Participação nas Sobras

Descrição	2019	2018
Participação nas Sobras (a)	(840.530,26)	(393.183,84)
Total	(840.530,26)	(393.183,84)

(a) Refere-se a participação dos funcionários nas sobras do ano de 2018 e 2017 conforme acordo coletivo.

34. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	86.935,29	0,01	258,59
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.096.613,14	0,34	16.701,95
TOTAL	2.183.548,43	0,36	16.960,54
Montante das Operações Passivas	2.759.346,73	0,94	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.661,34	5,32	0,08
Conta Garantida	17,23	0,09	0,00
Crédito Rural	1.201.315,18	13.049,90	0,95
Empréstimo	466.807,61	2.313,00	0,30
Financiamento	212.412,39	1.744,70	0,31
Títulos Descontados	29.400,15	0,00	0,17

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	280.920,14	0,38	0
Depósitos a Prazo	1.983.600,22	0,75	0,36

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	2,05%
Empréstimos	1,27%
Financiamento	1,30%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,19%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,17%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,03%
Crédito Rural (modalidades)	0,26%
Aplicações Financeiras	0,94%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	553.956,04
Empréstimo	1.006.090,38
Financiamento	462.424,50

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
54.662,82	28.281,37

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(28.386,66)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.321.744,66)
Encargos Sociais	(360.842,31)
Plano de Saúde	(37.098,07)

35. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE - SICOOB CREDINORTE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDINORTE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

36. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

36.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

36.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

35.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

36.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

36.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

37. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

O **SICOOB CREDINORTE** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013 e atualizado pela Circular BCB nº 3.678/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) da **SICOOB CREDINORTE** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos sendo apresentado abaixo cálculo dos limites.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência (PR)	68.218.253,70	62.793.067,93
Índice de Basileia - IB%	16,35%	19,02%

39. Benefícios a empregados A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada– Sicoob Previ. As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o semestre de 2019 totalizaram R\$ 76.061,34.

Valcir José Pscheidt
Presidente
CPF: 629.438.129-00

Michele Maria Ranck
Contadora
CRC/SC035758/O-0
CPF: 027.414.719-08

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense e Sul Paranaense - Sicoob Credinorte
Mafra - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense e Sul Paranaense - Sicoob Credinorte, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense e Sul Paranaense - Sicoob Credinorte em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 6 de março de 2020.



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'RRL', is written over a faint, circular blue stamp.

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1